

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

**PROCESSO: 36390/2008**

**ASSUNTO: TCE**

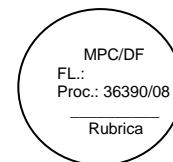
**PARECER Nº 1758/2011-CF**

**EMENTA:** Decisão 6987/08, exarada no processo 37929/07. Instauração de TCE para apurar irregularidades na execução do Contrato nº 49/2005 firmado entre a CODEPLAN e a empresa SAPIENS Tecnologia da Informação Ltda. A SEOPS/CGDF alega ausência de competência legal de sua SUTCE para processar tomada de contas especial de empresa pública. Decisão 2510/10, no sentido de que a TCE passe a ser conduzida pela SEDUMA. Recurso de Reconsideração. Corpo Técnico pelo não provimento. Concordância do Parquet. Decisão 2672/11, abrindo prazo para apresentação de contrarrazões à STC. Corpo Técnico pelo provimento e determinação à CODEPLAN. Inspetor propõe sobrestamento. MPC/DF aquiesce com o Corpo Técnico.

Cuidam os autos da análise do cumprimento do item V, alínea “b” da Decisão nº 6.987/08 (fls. 01/02), exarada no âmbito do Processo 37929/07, tendo por finalidade a instauração de tomada de contas especial para apurar eventuais prejuízos e identificar os responsáveis, em face dos indícios descritos nos §§ 106 a 121 do Relatório de Auditoria 12/2007, relativo ao Sistema Central de Serviços – CSC, objeto do Termo de Contrato 49/2005, celebrado entre a CODEPLAN e a empresa SIAPENS Tecnologia da Informação Ltda.

2. A SEOPS informou a impossibilidade de cumprir a determinação supra, por não ter competência para instaurar tomada de contas especial relacionada a fatos ocorridos em Empresa Pública, por contrariar o Decreto 30200/2009, que alterou a estrutura administrativa daquela Secretaria e estabeleceu competências de atuação.

3. O Tribunal entendeu pertinentes as alegações trazidas e, à unanimidade, acompanhando o Voto do relator, eminente Conselheiro Substituto Paiva Martins, manteve o conteúdo da determinação anterior, modificando o destinatário. Assim, nos termos da Decisão 2510/2010, foi determinado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

Ambiente do DF que adotasse as providências acima indicadas, por estar a CODEPLAN sob sua supervisão.

4. Devidamente cientificada, a titular da SEDUMA interpôs Pedido de Reexame em face da Decisão 2510/2010, com base em manifestação da Procuradoria do Distrito Federal, que fez juntar aos autos, solicitando seja reexaminada a matéria referente à competência da Corregedoria-Geral e não da SEDUMA para conduzir a TCE determinada pela Corte.

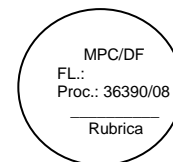
5. O Tribunal, mantendo o posicionamento adotado nos processos 39548/09 e 40910/09, similares aos presentes autos, abriu prazo para a Secretaria de Estado de Transparência e Controle apresentar contrarrazões ao recurso e informar se, entre os atuais dirigentes da CODEPLAN, existe algum que tenha integrado a diretoria por ocasião da celebração dos contratos emergenciais ora em exame, nos termos da Decisão nº 2672/2011.

6. Por meio do Ofício 1325/2011 – SUTCE/GAB/STC (fls. 204/211), o Secretário de Estado de Transparência e Controle apresentou suas contrarrazões. Após reiterar as considerações anteriores sobre a ausência de comando legal que determine à STC constituir Comissão de TCE quando envolvidos dirigentes de empresas estatais, teceu algumas considerações sobre o alcance da Resolução 102/98 do Tribunal de Contas.

7. Realçou que a interpretação do comando normativo supra que determina que, se o responsável for dirigente de ente estatal, a designação da Comissão será feita ou pelo Governador ou pelo Secretário a cuja supervisão estiver vinculada a entidade tem trazido, em suas palavras, desconforto no âmbito do Executivo. Destacou que, diferentemente do que ocorria quando da edição da Resolução acima citada, atualmente o dirigente do órgão ou entidade não mais instaura TCE, o que o impediria de obstar a apuração e influenciar nos trabalhos da respectiva Comissão.

8. Trazendo a discussão ao caso concreto e respondendo à indagação da Corte, informou que os atuais dirigentes da CODEPLAN não integravam a diretoria da Entidade à época dos fatos que ensejam a instauração da Tomada de Contas Especial e que, até o momento, não estariam envolvidos na celebração dos ajustes emergenciais questionados. Por conseguinte, ressaltou que caberia à própria CODEPLAN a execução da TCE sob comento.

9. A Unidade Técnica destacou que a questão referente à correta aplicação do art. 4º, § 1º, da Resolução 102/98 não deve ser abordada, de forma genérica, no presente feito, uma vez que o pedido já foi apreciado pela



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

Corte no âmbito do processo 40910/09. No mérito, trouxe o entendimento apresentado nos processos 39548/09 e 40910/09, onde a Unidade Técnica, apesar de entender que, em tese, não há impedimento regimental para o processamento da TCE no âmbito da CODEPLAN, manifestou preocupação acerca da isenção da apuração, uma vez que os ex-dirigentes permaneceram na Entidade por mais de uma década e podem ter desenvolvido relações de afinidade ou desafeição com os demais funcionários da Companhia.

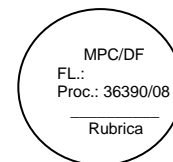
10. Naqueles autos, a Unidade Técnica levantou, ainda, eventual desinteresse que poderiam os dirigentes atuais ter em reconhecer a irregularidade dos eventos realizados, em função dos eventuais transtornos judiciais e administrativos que poderiam advir. Destacou, ainda, que poderia haver repercussão em outras TCEs em andamento, caso se adotasse a tese ora trazida aos autos.

11. Ao final, apresenta a Decisão 3126/11, adotada no processo 40910/09, similar ao presente, assim:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento das contrarrazões apresentadas pela Corregedoria-Geral do Distrito Federal em atendimento à Decisão nº 5116/2010, mediante o Ofício nº 2913/2010-SUTECE/CGA/CGDF, fls. 76-84, e demais documentos de fls. 74-75; II. no mérito, dar provimento ao recurso de reconsideração interposto pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, fls. 30-37, tendo em conta que, atualmente, a CODEPLAN está vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal; III. determinar à CODEPLAN que instaure, de imediato, a tomada de contas especial de que trata o item II da Decisão nº 4144/2009, determinando que a respectiva Comissão seja integrada apenas por empregados efetivos da Empresa, aprovados em concurso público; IV. autorizar: a) a cientificação das referidas jurisdicionadas acerca do teor desta decisão; b) o retorno dos autos à 1ª ICE para adoção das providências de praxe. A Conselheira ANILCÉIA MACHADO deixou de atuar nos autos, por força do art. 16, VIII, do RI/TCDF, c/c o art. 135, parágrafo único, do CPC. “.*

12. As sugestões foram:

- I. tomar conhecimento das contrarrazões apresentadas pela Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal em atendimento à Decisão nº 2672/2011, mediante o Ofício nº 1325/2011 – SUTECE/GAB/STC, fls. 204, e demais documentos de fls. 205-211;
- II. no mérito, conceder provimento ao recurso de reconsideração interposto pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, fls. 159/166, tendo em conta que, atualmente, a



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

CODEPLAN está vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal.;

- III. ordenar à CODEPLAN que instaure, de imediato, a tomada de contas especial de que trata o inciso V, alínea “b”, da Decisão nº 6.987/2008, determinando que a respectiva Comissão seja integrada apenas por empregados efetivos da Empresa, aprovados em concurso público;
- IV. autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE para as providências pertinentes.

13. O i. Inspetor da 1ª ICE, em cota aditiva, entendeu que o exame da matéria tratada nos presentes autos deveria ser sobrestado tendo em vista que o precedente adotado pela Unidade Técnica, na instrução de fls. 214/220, para propor a medida constante do item III das sugestões de fls. 219 (Decisão 3216/2011, teve sua exequibilidade suspensa por força da Decisão 4732/2011.

14. Os autos vieram ao Ministério Público para parecer, que aquiesce ao entendimento apresentado pela Unidade Técnica, na Informação de fls. 214/220.

15. Considera-se oportuno trazer o posicionamento do *Parquet*, apresentado no Parecer 445/2011-DA, nos autos do **processo 40910/09**, que trata de matéria similar:

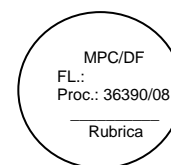
12. Remetido o feito ao Ministério Público, apresentados os esclarecimentos solicitados e trazidas as contra-razões da CGDF, passo ao exame do mérito do presente recurso.

13. De início, cumpre destacar que eventual entendimento a ser dado, de forma genérica, a determinado normativo do próprio Tribunal, com alcance geral, não deve ser, via de regra, adotado em processo de TCE, que trata de questão específica, com escopo reduzido e restrito às partes envolvidas.

14. Melhor se amolda a questão, conforme bem destacou a Unidade Técnica, a processos de consulta, obedecidos os requisitos regimentais para seu processamento, razão pela qual deixo de tecer maiores comentários a respeito.

15. No mérito, com as vênias de estilo, entende este Órgão Ministerial que o recurso deve ser provido. As informações trazidas aos autos pela CGDF demonstram que os eventuais envolvidos nos fatos ensejadores da presente TCE não mais integram a estrutura dirigente da CODEPLAN.

16. Dessa forma, não se aplica ao caso em tela o disposto no § 1º do art. 4º da Resolução nº 102/98. Deve, portanto, a TCE seguir a regra geral estabelecida pelo art. 1º do citado Normativo, qual seja, a autoridade administrativa da entidade deve determinar a instauração da Comissão respectiva para apurar os fatos. No caso, deve o atual Presidente da CODEPLAN instaurar a TCE e zelar para que seu processamento ocorra



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

dentro dos princípios que regem a Administração Pública, obedecidas, ainda, as normas processuais que incidem sobre a matéria, tais como a imparcialidade, isenção e rigor na apuração dos fatos, buscando a reparação do prejuízo.

17. As considerações levantadas pela Unidade Técnica, em que pese sua relevância, não podem afastar, no caso concreto, a previsão geral. A previsão de instauração de TCE, no caso de estatais, pelo Governador ou Secretário de Estado justifica-se nos casos em que os dirigentes das estatais estejam diretamente envolvidos nos fatos a serem apurados.

18. Se não há esta identidade entre a autoridade máxima e os fatos que dão ensejo à TCE, deve a empresa pública ou sociedade de economia mista, dentro de sua autonomia, realizar os trabalhos de apuração, recuperação do prejuízo e punição dos agentes envolvidos.

19. Eventuais influências que poderiam prejudicar a apuração também existiriam em quaisquer outras situações, envolvendo quaisquer outras entidades ou órgãos. Ademais, os membros da Comissão a ser instaurada e a autoridade respectiva podem e devem, se o caso, ser responsabilizados por eventuais irregularidades que cometam na condução e conclusão dos trabalhos.

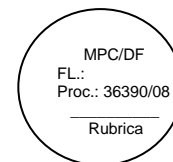
20. Mais grave seria, no entender ministerial, manter a determinação à SEDUMA para constituir a Comissão e realizar os trabalhos, quando o próprio Órgão reconhece que não tem estrutura nem experiência na matéria. Grandes seriam os riscos de que as apurações restariam frustradas.

21. Não obstante, a fim de minorar os riscos levantados pela Unidade Técnica, mostra-se de bom alvitre determinar-se que a Comissão de TCE seja integrada apenas por empregados efetivos da CODEPLAN, aprovados em concurso público regular.

21. Por fim, a solução adotada vale apenas para o caso concreto, observadas suas particularidades. Não há, portanto, risco de repercutir nos demais processos, em que outros são os fatores envolvidos, outras são as fases processuais, em que não foram levantadas, pelo órgão apurador, problemas na instauração da Comissão de TCE.

Por todo o exposto, este membro do Ministério Público de Contas pugna por que o Tribunal dê provimento ao recurso para determinar à CODEPLAN que instaure, de imediato, a tomada de contas especial de que trata o item II da Decisão nº 4144/2009, determinando que a respectiva Comissão seja integrada apenas por empregados efetivos da Empresa, aprovados em concurso público.

16. Com fulcro nesse entendimento, o Tribunal prolatou a Decisão 3216/11. Na sequência, a Codeplan interpôs recurso, admitido pela Corte, mediante a Decisão 4732/11.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

17. Contudo, esse mesmo entendimento foi adotado pelo Tribunal no **processo 39548/09**, tendo sido proferida a Decisão 4322/11, em 01/09/2011:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: a) das contrarrazões apresentadas pela Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito em atendimento à Decisão nº 151/2011, por meio do Ofício nº 656/2011-SUTCE/GAB/STC, fl. 79/87, e cópia de fls. 88; b) do Ofício nº 794/2011-PRESI e anexos, fls. 89/105; II. no mérito, dar provimento ao recurso de reconsideração interposto pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (fls. 32/39), tendo em conta que, atualmente, a CODEPLAN está vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal; III. determinar à CODEPLAN que instaure, de imediato, a tomada de contas especial de que trata o item II da Decisão nº 1165/2010, ordenando-lhe, ainda, que a respectiva Comissão seja integrada apenas por empregados efetivos da Empresa, aprovados em concurso público; IV. autorizar: a) a cientificação das referidas jurisdicionadas acerca do teor desta decisão; b) o retorno dos autos à 1ª ICE, para adoção das providências de praxe. Os Conselheiros RENATO RAINHA e ANILCÉIA MACHADO deixaram de atuar nos autos, por força do art. 16, VIII, do RI/TCDF, c/c o art. 135, parágrafo único, do CPC.*

18. Nesse último processo, contudo, não houve interposição de recursos pela Codeplan, portanto, válido o entendimento da Corte.

19. Assim, retornado aos presentes autos, reitera-se o entendimento apresentado no Parecer 455/2011-DA, considerando-se inoportuno o sobrestamento proposto pelo i. Inspetor, uma vez que, as TCEs são distintas, não podendo o Tribunal adotar decisões genéricas para todas elas. Acrescenta-se ainda que, a exemplo do processo 39548/09, nada indica, de antemão, que a Codeplan irá interpor recursos no presente caso, podendo a Corte deliberar a questão na forma sugerida pela Unidade Técnica.

É o parecer.

Brasília, 21 de novembro de 2011.

**CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA**  
**Procuradora do MPC/DF**